

## **Currículo e formação de professores: representações sociais de professores sobre a obrigatoriedade da Libras**

Cristina Costa de Moraes<sup>1</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Surdez, Libras, Currículo, Formação de Professores, Representações Sociais.

**ÁREA:** Currículo

A inserção da Libras como componente curricular nos cursos de licenciatura, se insere num conjunto de políticas que surgem após o reconhecimento legal desta língua por meio da Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002), posteriormente, regulamentada pelo Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005). A partir destas questões foi realizado este estudo que investigou as representações sociais de professores sobre a obrigatoriedade da inserção da Libras nos currículos dos cursos de licenciatura. Este estudo realizou-se em uma universidade particular com uma aluna surda inserida na graduação. Foram realizadas entrevistas com os professores desta aluna, totalizando oito (08) sujeitos. Este material foi analisado segundo a técnica de análise de conteúdo, na qual emergiram os seguintes aspectos sobre esta disciplina: insuficiência da carga horária, a ministrada nos últimos semestres, não atende ao contexto da diversidade do espaço escolar (após esta inserção foi retirada do currículo a disciplina de Fundamentos da Educação Especial), e uma medida paliativa e atende a um modismo. Os argumentos utilizados para respaldar as contestações apontadas recorrem a crítica à formação de professores, desenhada pelo grupo como insuficiente. Esta insuficiência é apontada como atemporal, visto que os professores relatam não se sentirem preparados para este público, pois sua formação não os habilitou para este contexto. Desta maneira, a formação que eles estão oferecendo aos seus alunos também surge como precária. Esta precariedade resulta não apenas pelo fato de que o seu despreparo em atuar com este público limita seus alunos de construir referências práticas sobre inclusão, como também a própria estrutura curricular não promove uma formação mais ampla, pois a formação docente não se faz apenas pelo currículo, mas pelas atitudes, comportamentos, valores e crenças que os professores dos cursos de licenciatura estabelecem em sua prática, vista que esta é observada pelos alunos e servira de referência para eles no exercício do trabalho docente.

<sup>1</sup> Pedagoga do Instituto Benjamin Constant. Doutoranda em Psicologia (Subjetividade, Cog / IVO) e Práticas Clínicas) — UFRJ. Mestre em Educação (Representações Sociais e Práticas Educativas) UNESA — RJ. Especialista em Deficiência Mental — UN/RIO. Especialista em Educação Inclusiva — PUC-RJ. [inadmoraes@bol.com.br](mailto:inadmoraes@bol.com.br)

## Referências Bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, Aida Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 2000.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. *Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txtlei9394Idbnl.txt>> Acesso em: 15/12/2010.

\_\_\_\_\_. *Lei N.º 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e da outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/lei10436.txt>> Acesso em 15/12/2010.

\_\_\_\_\_. *Portaria N° 3.284, de 7 de novembro de 2003*. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txtpor3284.txt>> Acesso em: 15/12/2010.

\_\_\_\_\_. *Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>> Acesso em: 15/12/2010.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n° 10.891, de 9 de julho de 2004, e da outras providências. Disponível em: <<http://www.revistajuridica.com.br/content/leislacao.asp?id=5943>> Acesso em: 15/12/2010.

\_\_\_\_\_. *Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf>> Acesso em: 15/12/2010.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORAES, Cristina Costa de. *A institucionalização da Libras na universidade: representações sociais de professores de licenciatura sobre a inclusão de surdos*. 2011. 167p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estado de São Paulo, Rio de Janeiro - RJ, 2011.

QUADROS, Ronice Muller de. O “BI” em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, Eulalia (org.). *Surdez e Bilinguismo*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

\_\_\_\_\_. *Estudos surdos I*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

SALGADO, Simone da Silva. Inclusão e processos de formação. In.: SANTOS, Monica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. *Inclusão em educação: culturas, políticos e práticas*. 2a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Vilmar. O ensino superior. In: *VI Congresso Internacional e XII Seminário Nacional do INES: 150 anos no cenário da Educação Brasileira*, 26 a 28 de setembro de 2007. Rio de Janeiro: Anais INES, 2007.

SKLIAR, Carlos (Org). *Pedagogia (improvável) da Diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TARDIF, M.; Lessard, C. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VALLE, Marcos Jose. *Prouni: política pública de acesso ao ensino superior ou privatização?* 2009. 110p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2009.